



LINHA ESTREMOZ - ALANDROAL, A 400 KV

PROJECTO DE EXECUÇÃO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

JULHO 2010

LINHA ESTREMOZ – ALANDROAL, A 400 KV

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

PROJECTO DE EXECUÇÃO

ELEMENTOS ADICIONAIS

Estado da Revisão

DATA	Nº DA REVISÃO	MOTIVO DA REVISÃO
23 de Julho de 2010	Revisão 00	Elaboração da resposta ao pedido de elementos adicionais

Este documento contém 17 páginas, incluindo a presente, as páginas de índice e do relatório

LINHA ESTREMOZ – ALANDROAL, A 400 KV

PROJECTO DE EXECUÇÃO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

ELEMENTOS ADICIONAIS

APRESENTAÇÃO

A ARQPAIS, Consultores de Arquitectura Paisagista e Ambiente, Lda., apresenta a resposta ao Pedido de Elementos Adicionais ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) relativo à "Linha Estremoz – Alandroal, a 400 kV", em fase de Projecto de Execução, solicitado pela Comissão de Avaliação no âmbito do Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental n.º 2287.

Lisboa, Julho de 2010

ARQPAIS, Lda.

Otília Baptista Freire

(Directora Técnica)

LINHA ESTREMOZ – ALANDROAL, A 400 KV

PROJECTO DE EXECUÇÃO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

ELEMENTOS ADICIONAIS

ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
1	INTRODUÇÃO 4
2	RESPOSTA AO PEDIDO DE ELEMENTOS ADICIONAIS 5
ANEXOS	
ANEXO A	REFORMULAÇÃO DO CAPÍTULO 6.4 – PATRIMÓNIO CULTURAL

1 - INTRODUÇÃO

O presente documento pretende dar resposta ao solicitado pela Comissão de Avaliação, no âmbito da avaliação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) da Linha Estremoz – Alandroal, a 400 kV, em fase de projecto de execução.

Em resultado da análise efectuada ao Estudo de Impacte Ambiental (EIA) relativo ao Projecto de Execução da Linha de Estremoz / Alandroal, 400 Kv, a Comissão de Avaliação (CA) solicitou a apresentação dos elementos complementares relativos aos descritores de Uso do Solo, Ordenamento e Gestão do Território, Património Cultural, Sistemas Ecológicos e Recursos Hídricos.

Deste modo, no capítulo 2 do presente documento procurou-se fornecer os elementos adicionais solicitados pela Comissão de Avaliação.

2 - RESPOSTA AO PEDIDO DE ELEMENTOS ADICIONAIS

A1. - Deverá ser rectificado o título do quadro 4.7.2., constante na página 158 do Relatório Síntese, uma vez que o mesmo se refere aos indicadores estatísticos em 1991 e não aos relativos a 1999.

Apresenta-se seguidamente o Quadro 4.7.2 do EIA, devidamente rectificado.

Quadro 4.7.2 - Alguns Indicadores estatísticos das freguesias atravessadas pelo projecto

Concelho	Freguesia	Área (km ²)	População residente 2001*	População residente 1991*	Densidade populacional (ano de 2001) (hab/km ²)*
Elvas	Terrugem	72,7	1307	1390	18
Alandroal	Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)	32,1	146	173	5
Borba	Matriz	41,3	3701	3570	91
	Orada	50,8	878	1074	17
Estremoz	S. Lourenço de Mamporcão	16,8	436	463	28
	S. Domingos de Ana Loura	16,2	558	638	33
Vila Viçosa	Ciladas	107,7	1150	1286	11

* Fonte: INE.

A2. - No que se refere à análise de impactes patrimoniais constatou-se que:

- i. Na página 104 é indicado que a «área de afectação directa corresponde à zona de implantação dos apoios à rede eléctrica, mais concretamente um círculo com 20 m de diâmetro»;
- ii. Na página 214, no Quadro 6.4.4 – Relação das ocorrências à área de projecto (Apoios da Linha e corredor da Linha), as ocorrências n.º 66B, 75, 76 e 78 surgem localizadas como situando-se as distâncias iguais ou inferiores a 18m dos apoios aí identificados;
- iii. Igualmente na página 214 o EIA conclui que «segundo a tabela estabelecida pela REN, os resultados obtidos demonstram que a Significância de Impactes Negativos é Nula, porque não se prevêem impactes negativos directos».

Face à área de afectação directa definida pelo EIA e a relação das ocorrências face aos apoios, parece-nos contraditória a conclusão enunciada pelo EIA - e que nada parece ter que ver com

o «Guia Metodológico para a Avaliação de Impacte Ambiental das Infra-estruturas da Rede Nacional de Transporte de Electricidade - Vertente Linhas Aéreas» -, contradição também evidente quando o EIA propõe medidas de minimização para impactes que considera nulos e que assim não seriam passíveis de minimização, esquecendo igualmente os impactes indirectos, que serão aqueles correspondentes às ocorrências situadas no corredor definido pelo EIA, de 50m centrado na linha, onde identificou dez ocorrências patrimoniais.

Deste modo no que concerne ao factor Património, deverá ser efectuada a revisão integral da avaliação de impactes ambientais, devendo ser apresentado um novo quadro síntese, diverso do Quadro 9.4 (p. 280), que apresente, para além da relação das ocorrências com as componentes de projecto, a respectiva análise individualizada de acordo com a classificação dos potenciais impactes. Esta revisão deverá também ser efectuada ao nível das medidas de minimização, pelo que a análise de impactes deverá produzir medidas minimização específicas, devendo também ser identificadas e apresentadas num quadro síntese cada uma das ocorrências patrimoniais e as respectivas medidas a aplicar e a respectiva fase de execução.

A área de afectação directa corresponde à zona de implantação dos apoios à rede eléctrica, tendo sido demarcada um círculo com 20 m de diâmetro, ou seja, 10 m de raio calculados a partir do centro do apoio.

Neste trabalho específico, a distância entre os apoios e as ocorrências patrimoniais foram originalmente calculadas a partir dos limites conhecidos dos apoios e os limites conhecidos das ocorrências patrimoniais. Para evitar outras leituras, apresentam-se no quadro seguinte as distâncias das ocorrências n.º 66B, n.º 75, n.º 76 e n.º 78 aos centros do apoio.

Quadro A2.1 - Relação das ocorrências à área de projecto (Apoios da Linha e Corredor da Linha)

Nº	Designação	Tipo de Sítio	Apoios (centro do apoio)	Dist eixo (m)
66B	Monte Tenazes B	Mancha de ocupação	A82-A83 (11m)	Sob a linha
75	Ana Loura 1	Mancha de ocupação	11-12 (5m)	Sob a linha
76	Ana Loura 2	Mancha de ocupação	11-12 (7m)	Sob a linha
78	Monteira 2	Mancha de ocupação	19-20 (105/151m)	Sob a linha

Conforme se pode verificar o sítio n.º 78 encontra-se a cerca de 105 m de distância de apoio mais próximo (n.º 19) e a cerca de 151 m de distância do apoio n.º 20, como facilmente se pode observar na cartografia disponível. Ou seja, não tem impactes negativos directos conhecidos.

O sítio n.º 66B encontra-se fora da área de projecto, dado que está a onze metros do centro do apoio. Ou seja, não tem impactes negativos directos conhecidos.

Os sítios n.º 75 e n.º 76 encontram-se efectivamente dentro da área de projecto, sendo necessário alterar a avaliação de impacte ambiental constante no Estudo de Impacte Ambiental.

Refere-se no entanto que os apoios próximos destes dois locais (apoios 11 e 12) foram deslocados de forma a não se localizarem no interior das manchas de ocupação correspondentes aos sítios n.º 75 e n.º 76, não sendo possível um maior afastamento às manchas de ocupação devido à existência de outras condicionantes e ao comprimento do vão entre os dois apoios (vão com 563,04 m, sendo o maior vão da linha em análise).

No **Anexo I** apresentam-se os subcapítulos **6.4.2.2 – Análise de Impactes Patrimoniais**, relativo à avaliação de impactes, e **6.4.3 - Medidas de Minimização Patrimonial** (específicas e genéricas) reformulados de modo a esclarecer as questões suscitadas pela Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental e acrescentar a informação requerida.

A3. - O EIA em questão admite um impacte significativo da linha a instalar sobre a mortalidade da avifauna por colisão. No entanto propõe como medida minimizadora desse impacte, e para além da opção por determinado corredor, apenas a sinalização com Bird Flight Diverters (BFDs). Acresce que uma das medidas de minimização dos impactes causados nas linhas eléctricas, em termos de colisão de avifauna é a redução do número de planos de colisão. Esta é uma medida estabelecida no “Manual de apoio à análise de projectos relativos à instalação de linhas aéreas de distribuição e transporte de energia eléctrica”, elaborado pelo ICNB em 2008 e que tem constituído o normativo utilizado para análise da instalação de linhas eléctricas. Embora o EIA cite este documento na bibliografia (referência bibliográfica 11.5.20, pág. 305 do Volume 2), não é feita qualquer análise a este nível.

No ponto 3.5.1 do Volume 2 (pág. 32) é referido que a linha a instalar terá 86 apoios em esteira vertical do tipo DL. A esteira vertical, com 3 planos de colisão, é significativamente mais impactante para a avifauna do que a esteira horizontal de um só circuito, com um único plano de colisão, pelo que o EIA deverá abordar esta questão e apresentar uma análise das duas alternativas.

O objectivo da implantação da Linha Estremoz – Alandroal a 400 kV é o fornecimento de energia eléctrica à futura Subestação do Alandroal, que por sua vez fará a alimentação em permanência às

catenárias da Linha Ferroviária de Alta Velocidade Lisboa - Madrid, mais precisamente ao Lote 3C – Troço Évora - Elvas.

As subestações de tracção eléctrica da RAVE têm necessariamente de ter redundância, isto é, incorporar um sistema de backup que permita manter a alimentação à linha ferroviária em permanência, mesmo na eventualidade de uma avaria na linha de alimentação da subestação. Por esta razão, as linhas eléctricas de abastecimento das subestações de tracção eléctrica da RAVE têm de ser sempre linhas duplas trifásicas a 400kV.

Os apoios com esteira horizontal (apoios da família Q e Y) nunca poderiam ser utilizados tendo em conta as características da Linha Estremoz – Alandroal, isto é, o facto de se tratar de uma linha dupla trifásica a 400kV, para a qual apenas existem apoios de esteira vertical (apoios da família DL).

De facto, a REN, SA não dispõe de apoios para linhas duplas de 400 kV em esteira horizontal (as vigas necessárias para tal teriam grandes envergaduras), apenas existindo disponíveis apoios de linha dupla em esteira vertical.

Desta forma, tendo em consideração o facto de a linha em estudo ser uma linha dupla e funcionar a 400 kV, não é possível a utilização de apoios em esteira horizontal. Esta é, aliás, uma situação comum às congéneres da REN, SA, a nível Europeu.

Em consequência, não sendo possível utilizar apoios de esteira horizontal (Q ou Y) que permitissem diminuir os planos de colisão, preconizaram-se as medidas de minimização tecnicamente possíveis e constantes do “Manual de apoio à análise de projectos relativos à instalação de linhas aéreas de distribuição e transporte de energia eléctrica”, designadamente a sinalização da linha com Bird Flight Diverters (BFDs) e a da escolha de um corredor menos impactante para a avifauna.

A4. - Deverá ser corrigido o facto de ser dito que o corredor do Projecto em causa se desenvolve apenas na bacia hidrográfica do rio Guadiana, dado que parte do corredor se desenvolve na bacia hidrográfica do Tejo (abrangendo parte dos concelhos de Estremoz e Borba), procedendo-se, em conformidade à revisão da avaliação de impactes.

Ao nível da caracterização hidrográfica (Capítulo 4.1.4.2 do EIA) e ao nível da caracterização das bacias hidrográficas, deverá ser considerado o seguidamente apresentado.

O traçado em análise desenvolve-se na bacia hidrográfica do Rio Guadiana e do rio Tejo. A bacia hidrográfica do rio Guadiana cobre uma superfície total de 66800 km² (55220 km² (83%) em Espanha e 11580 km² (17%) em Portugal) e apresenta uma forma comprida e estreita, de direcção gela Este –

Oeste em Espanha e Norte – Sul em Portugal. O rio Guadiana nasce em Espanha das lagoas de Ruidera, a 1700 m de altitude e percorre uma distância de 810 km até à foz em Vila Real de Santo António.

Relativamente à bacia hidrográfica do rio Tejo, esta cobre uma área de aproximadamente 80629 km², dos quais 29,8% se desenvolvem em território nacional. A bacia do Tejo apresenta-se como um largo corredor no centro-oeste da península globalmente orientado de ENE para WSW. Com nascente na Serra de Albarracim, o rio Tejo percorre uma extensão de aproximadamente 875 km até à foz no Oceano Atlântico em Lisboa.

O regime de escoamento superficial depende fundamentalmente da intensidade e duração das precipitações, da geologia, do tipo de solos, da cobertura vegetal, da área, forma e morfologia das bacias hidrográficas e, até mesmo, da actividade humana. Em regime natural o escoamento médio anual gerado na totalidade da bacia do rio Guadiana é da ordem de 6.700 hm³, dos quais 1.820 hm³/ano (157 mm), gerados em Portugal e 4.900 hm³/ano (89 mm) gerados em Espanha. Com o aumento das utilizações a montante, os caudais provenientes de Espanha baixaram para cerca de 2.680 hm³/ano actualmente (55%), prevendo-se que em 2012 não excedam 2.135 hm³/ano (44%). Os escoamentos anuais são muito irregulares (Cv de 0,75 a 0,9), estando concentrados em mais de 80% no semestre húmido.

Já na bacia do Tejo, o escoamento anual na foz do rio Tejo é, em média, de 17 080 hm³, sendo 6200 hm³ em Portugal e o restante em Espanha. Estima-se que a bacia hidrográfica do rio Tejo, em território nacional, apresente uma capacidade total de armazenamento de recursos hídricos na ordem dos 2750 hm³, em regime regularizado. Na bacia hidrográfica do rio Tejo é nítido o contraste entre os afluentes da margem norte, com elevadas disponibilidades de recursos hídricos em regime natural, e os afluentes da margem sul, bastante pobres em recursos hídricos.

Em território português o Tejo recebe da margem esquerda o Sever, o Sorraia e o Almansor que, à excepção do primeiro, são rios de planície com as mesmas características do Tejo na sua secção inferior. Da margem direita o Tejo recebe os rios Erges, Ponsul, Ocreza, Zêzere, Alviela e Maior, que descem da montanha, quase todos de carácter torrencial, sendo o mais importante o Zêzere, que tem a sua origem na serra da Estrela - o maior centro de dispersão das águas do território português

Devido à forte assimetria sazonal da precipitação, em que cerca de 80% ocorre no Inverno, o escoamento das linhas de água é muito irregular ao longo do ano, sendo os caudais de Verão muito reduzidos ou mesmo nulos. O escoamento médio ponderado gerado na bacia nacional no período de 1941/42 a 1990/91 é de 157 mm, a que corresponde um volume médio anual de 1.820 hm³ (57,7 m³/s).

Relativamente à avaliação de impactes, esta é feita especificamente para as linhas de água sobrepassadas pela Linha, destacando-se a ribeira da Valeja, a ribeira do Freixial, a ribeira de Ana Loura, a ribeira da Venda, a ribeira do Vale do Zebro, a ribeira do Vale da Missa, a ribeira da Alcaraviça, a ribeira do Matacães, a ribeira do Pombal, a ribeira da Vaqueira, o barranco da Tapada, a ribeira da Amendoeira, a ribeira da Estalagem, a ribeira da Asseca, a ribeira do Lago, a ribeira do Cabriz e a ribeira de Pêro Lobo.

Tal como referido no Estudo de Impacte Ambiental, na implantação dos apoios da linha teve-se em consideração os locais que permitiam o maior afastamento das linhas de água, de modo a evitar a sua interferência com os leitos de cheia, não se prevendo a implantação de apoios nestas áreas. Complementarmente tendo em consideração que os apoios não implicam escavações de montante, a interferência com o regime de escoamento/infiltração das linhas de água não se considera significativa. A fase de construção poderá potenciar impactes no normal escoamento das linhas de água, principalmente durante a época das chuvas, sendo contudo um impacte temporário e reversível.

B) Proceder à Reformulação do Resumo Não Técnico (RNT), de acordo com o seguinte:

O Resumo Não Técnico reformulado deverá ter em consideração os elementos adicionais solicitados bem como atender aos seguintes aspectos:

B.1 - Complementar a informação sobre o projecto com uma descrição do traçado.

B.2 - Esclarecer qual a distância do Monte da Freira à linha. Note-se que de acordo com o referido no EIA os locais onde as habitações se encontram mais perto do projecto são Monte da Vinha e o Monte dos Carvalhais a cerca de 100 metros (p. 18). Na fase de exploração prevê-se que em três locais haja um pequeno aumento do ruído ambiente – Monte da Vinha, Monte dos Carvalhais e Monte da Freira, sem que se mencione a distância a que este último ficará da linha.

B.3 - Incluir no RNT uma planta síntese de impactes

As alterações solicitadas foram contempladas no Resumo Não Técnico que acompanha o presente documento.

ANEXOS

ANEXO A – REFORMULAÇÃO DO CAPÍTULO 6.4 – PATRIMÓNIO CULTURAL

6.4.2.2 - Análise de Impactes Patrimoniais

Os trabalhos de campo realizados no traçado da futura linha eléctrica aérea revelaram a existência de dez ocorrências patrimoniais na área de projecto, que se repartem da seguinte forma:

- Área de impacte directo: 2 ocorrências patrimoniais.
- Área de impacte indirecto¹: 8 ocorrências patrimoniais.
- Área de impacte nulo: 0 ocorrências patrimoniais.

Na área de impacte directo existem duas ocorrências patrimoniais (n.º 75 e n.º 76), com eventuais impactes negativos, dado que se encontram a menos de 10 m de distância ao centro do apoio à linha eléctrica.

Quadro 6.4.4 - Relação das ocorrências à área de projecto (Apoios da Linha e Corredor da Linha).

Nº	Designação	Tipo de Sítio	Limite dos Apoios	Dist eixo (m)
66B	Monte Tenazes B	Mancha de ocupação	A82-A83 (7m)	Sob a linha
74	Vale da Missa 1	Mancha de ocupação	A17-A18 (≥ 50m)	Sob a linha
75	Ana Loura 1	Mancha de ocupação	11-12 (2m)	Sob a linha
76	Ana Loura 2	Mancha de ocupação	11-12 (4m)	Sob a linha
77	Vale da Missa 2	Mancha de ocupação	16-17 (≥ 50m)	Sob a linha
78	Monteira 2	Mancha de ocupação	19-20 (≥ 50m)	Sob a linha
79	Monte do Galo 1	Casa de apoio agrícola	32-33 (18m)	Sob a linha
80	Marinela 1	Malhada	58-59 (≥ 50m)	Sob a linha
81	Monte da Sancha 1	Mancha de ocupação	67-68 (≥ 50m)	Sob a linha
82	Pero Lobo 4	Mancha de ocupação	79-80 (≥ 50m)	Sob a linha

Quadro 6.4.5 - Significância de impactes

	N.º 75	N.º 76
Probabilidade de ocorrência	1	1
Duração	5	5
Magnitude	5	5
Escala	1	1
Frequência	1	1
Valor de recurso afectado	3	1
Reversibilidade	5	5
Capacidade de minimização	1	1
Total	22	20

¹ Corredor com 50 m de largura centrado no eixo da linha.

Na área de afectação indirecta, registaram-se oito ocorrências patrimoniais, mas não estão previstos impactes negativos nestes locais, dado que não se vai fazer desmatação do terreno ou abrir qualquer acesso. Ou seja, desde que sejam seguidas as medidas de mitigação patrimonial sugeridas no subcapítulo seguinte (acompanhamento arqueológico e sinalização das ocorrências), não se prevêem impactes negativos nestes sítios.

Convém referir que estas oito ocorrências patrimoniais localizam-se a mais de 50 m de distância dos apoios mais próximos.

Segundo a tabela estabelecida pela REN, os resultados obtidos demonstram que a **Significância de Impactes Negativos é Moderadamente Significativa** no sítio n.º 75 e **Não Significativa** no sítio n.º 76.

6.4.2.2.1 - Síntese de Impactes

Os trabalhos executados no âmbito do Descritor Património para a área de projecto demonstraram a existência de dez sítios com valor patrimonial. Contudo, não existem motivos para inviabilizar este projecto, desde que sejam cumpridas as medidas mitigadoras preconizadas, pelo que globalmente os impactes conhecidos na **fase de construção** são minimizáveis e na **fase de exploração** serão nulos.

Assim, em **termos patrimoniais pode considerar-se como viável o projecto de empreitada proposta para análise**, sendo importante afastar o mais possível os apoios 11 e 12 das ocorrências n.º 75 e n.º 76.

As medidas de minimização patrimonial preconizadas deverão ser realizadas numa fase prévia à execução da empreitada e no decorrer do Acompanhamento Arqueológico.

6.4.2.2.2 - Avaliação de impactes cumulativos

Considera-se que os impactes cumulativos com outros projectos são reduzidos, devido à escassez de grandes infra-estruturas na região, com a excepção do empreendimento da Ligação do Comboio de Alta Velocidade Lisboa-Madrid, que irá ser construído junto à Subestação do Alandroal.

6.4.3 - Medidas de Minimização Patrimoniais

6.4.3.1 - Fase Prévia à Obra

- **Sondagens arqueológicas de diagnóstico**

As medidas de mitigação patrimonial de carácter específico devem ser realizadas numa fase prévia ao início da empreitada e aplicam-se aos locais com impactes directos.

Perante os eventuais impactes negativos previstos, sugere-se a realização de sondagens arqueológicas de diagnóstico, que deverão ter os seguintes objectivos:

- Confirmar a existência de contextos arqueológicos conservados e determinar a sua extensão.
- Caracterizar e estabelecer a diacronia dos contextos arqueológicos identificados no decorrer das sondagens.
- Caracterizar o seu estado de conservação.
- Avaliar o potencial histórico e arqueológico deste sítio.

Após a realização das sondagens arqueológicas deverá ser elaborado um relatório preliminar com os seguintes objectivos:

- Apresentar uma síntese dos resultados obtidos.
- Apresentar a avaliação do potencial arqueológico do sítio.
- Apresentar outras medidas de minimização patrimonial, como seja, a realização de intervenções arqueológicas em área (localização, metodologia, volume de terras, tratamento e conservação de materiais arqueológicos).

Caso as sondagens arqueológicas de diagnóstico revelem a existência de contextos arqueológicos conservados e com elevado valor histórico e científico, deverá ser realizada uma intervenção arqueológica em área, nas zonas afectadas directamente pelo projecto.

Quadro 6.4.5 - Síntese das medidas de mitigação patrimonial (sítios arqueológicos)

Nº	Sítio	Apoio	Medidas de Minimização
75	Ana Loura 1	11	Escavação mecânica de sondagens arqueológicas de diagnóstico. Área total das sondagens – 10 m ² .
76	Ana Loura 2	12	Escavação mecânica de sondagens arqueológicas de diagnóstico. Área total das sondagens – 10 m ² .

6.4.3.2 – Medidas Genéricas

A construção do projecto terá que ter, obrigatoriamente, acompanhamento arqueológico permanente e presencial durante as operações que impliquem movimentações de terras (desmatações, escavações, terraplanagens, depósitos e empréstimos de inertes), quer estas sejam feitas em fase de construção, quer nas fases preparatórias, como a instalação de estaleiros, abertura de caminhos ou desmatagem.

Após a desmatagem do terreno, será necessário proceder a novas prospecções arqueológicas sistemáticas, no solo livre de vegetação, para confirmar as observações constantes neste texto e identificar eventuais vestígios arqueológicos, numa fase prévia à escavação.

Antes da obra ter início deverá ser apresentado e discutido, por todos os intervenientes, o Plano Geral de Acompanhamento Arqueológico.

Da mesma forma, será importante discutir as medidas necessárias para evitar a destruição de sítios com valor patrimonial, bem como, os procedimentos e normas a cumprir durante o Acompanhamento Arqueológico.

As observações realizadas pela equipa de arqueologia deverão ser registadas em Fichas de Acompanhamento, que têm os seguintes objectivos principais:

- Registrar o desenvolvimento dos trabalhos de minimização.
- Registrar todas as realidades identificadas durante o acompanhamento arqueológico (de carácter natural e de carácter antrópico) que fundamentam as decisões tomadas: o prosseguimento da obra sem necessidade de medidas de minimização extraordinárias ou a interrupção da mesma para proceder ao registo dos contextos identificados e realizar acções de minimização arqueológica, como por exemplo, sondagens arqueológicas de diagnóstico.

Sempre que for detectado um novo local com interesse patrimonial, este deverá ser alvo de comunicação ao Dono de Obra, ao Empreiteiro e ao IGESPAR, I.P., pelos canais que vierem a ser combinadas em sede própria.

No decorrer do Acompanhamento Arqueológico deverão ser realizados relatórios mensais, nos quais deverá constar uma breve descrição e caracterização da obra em curso, bem como, uma síntese de todos os trabalhos arqueológicos realizados pela equipa naquele mês.

Outro objectivo importante deste texto será a apresentação de todas as incidências de carácter patrimonial identificadas ou realizadas no âmbito do Acompanhamento e a apresentação de medidas de minimização, no caso de surgirem novos locais com interesse patrimonial, a partir de elementos

criteriosos e solidamente sustentados (avaliação do valor patrimonial do sítio e avaliação do grau de afectação do local identificado).

Deverá ser feita a cartografia dos sectores de obra que foram alvo do Acompanhamento Arqueológico, tal como, a localização exacta de todas incidências patrimoniais identificadas (escala 1:25 000 e escala de projecto).

O relatório final dos trabalhos arqueológicos corresponde à síntese de todas as tarefas. Assim, deverá feito um texto, no qual serão apresentados os objectivos e as metodologias usadas, bem como, uma caracterização sumária do tipo de obra, os tipos de impacte provocados e um retrato da paisagem original.

Por fim, deverão ser caracterizadas todas as medidas de minimização realizadas, os locais de incidência patrimonial eventualmente identificados e descritos criteriosamente todos os sítios afectados pelo projecto.

As medidas patrimoniais genéricas aplicadas a todos os locais situados na zona abrangida pelo projecto são as seguintes:

- Protecção, sinalização e vedação da área de protecção de cada local referido na carta geral de sítios, desde que não seja afectado directamente pelo projecto.
 - A área de protecção deverá ter cerca de 50 m em torno do limite máximo da construção. No entanto, podem ser mantidos os acessos à obra já existentes.
 - A sinalização e a vedação deverão ser realizadas com estacas e fita sinalizadora, que deverão ser regularmente repostas.
- Realização de sondagens arqueológicas manuais, no caso de se encontrarem contextos habitacionais ou funerários, durante o acompanhamento arqueológico.
 - As sondagens serão de diagnóstico e têm como principais objectivos: identificação e caracterização de contextos arqueológicos; avaliação do valor patrimonial do local; apresentação de soluções para minimizar o impacte da obra.